

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	9
---------------------------	---

Capítulo 1 – Premissas da Teoria Geral do Processo

<i>1.1 Conceito</i>	17
<i>1.2 Teoria geral do processo para todos os métodos de solução de conflitos ...</i>	18
<i>1.3 Direito e processo (direito material e processual – Objeto das normas processuais)</i>	19
<i>1.4 Evolução metodológica do processo</i>	20
<i>1.5 Escopos do processo</i>	26
<i>1.6 Procedimento em contraditório</i>	29
<i>1.7 Institutos bifrontes: teoria unitária e teoria dualista do direito</i>	30
<i>1.8 Institutos fundamentais do direito processual: jurisdição, ação, defesa, processo</i>	33
<i>1.9 Autotutela, autocomposição e heterocomposição</i>	40
<i>1.10 Tutela jurisdicional</i>	45

Capítulo 2 – Mecanismos Alternativos de Solução dos Conflitos sem a Participação do Estado

<i>2.1 Equivalentes jurisdicionais</i>	50
<i>2.2 Renúncia</i>	51
<i>2.3 Transação</i>	52
<i>2.4 Submissão</i>	53
<i>2.5 Desconstituição dos atos de disposição homologados em juízo</i>	54
<i>2.6 Mecanismos específicos para a solução alternativa dos conflitos</i>	55
<i>2.6.1 Conciliação</i>	56
<i>2.6.2 Mediação</i>	57
<i>2.6.3 Arbitragem</i>	59
<i>2.6.3.1 Poder jurisdicional na arbitragem: decisão imperativa sem sua imposição</i>	61

2.6.3.2	<i>Medidas de urgência</i>	61
2.6.3.3	<i>Medidas coercitivas</i>	62
2.6.3.4	<i>Execução da sentença arbitral</i>	63

Capítulo 3 – *Jurisdição*

3.1	Conceito	64
3.2	Escopos	67
3.3	Princípios	68
3.3.1	<i>Investidura</i>	68
3.3.2	<i>Aderência ao território</i>	69
3.3.3	<i>Indelegabilidade</i>	70
3.3.4	<i>Inafastabilidade</i>	71
3.3.5	<i>Inevitabilidade</i>	74
3.3.6	<i>Juiz natural e vedação de tribunais de exceção</i>	75
3.3.7	<i>Inércia jurisdicional</i>	78
3.4	Características da jurisdição	80
3.4.1	<i>Substitutividade</i>	80
3.4.2	<i>Lide</i>	81
3.4.3	<i>Inércia</i>	83
3.4.4	<i>Definitividade</i>	84
3.5	Jurisdição no contexto das funções do Estado contemporâneo	85
3.5.1	<i>Jurisdição e legislação</i>	88
3.5.2	<i>Jurisdição e Administração</i>	91
3.5.3	<i>Jurisdição e Poder Judiciário</i>	93
3.5.4	<i>Jurisdição e arbitragem</i>	95
3.6	Espécies de jurisdição	95
3.6.1	<i>Jurisdições penal e civil e seu relacionamento</i>	96
3.6.2	<i>Jurisdição especial ou comum</i>	101
3.6.3	<i>Jurisdição superior ou inferior</i>	105
3.6.4	<i>Jurisdição de direito ou equidade</i>	106
3.7	Limites da jurisdição	108
3.7.1	<i>Limites internacionais</i>	108
3.7.2	<i>Limites internos</i>	111
3.8	Jurisdição voluntária	112
3.8.1	<i>Conceito e características</i>	112
3.8.2	<i>Jurisdição voluntária em contraposição à contenciosa</i>	115

Capítulo 4 – *Poder Judiciário*

4.1	Conceito	117
------------	-----------------------	-----

4.2 Funções do Poder Judiciário e função jurisdicional	117
4.3 Órgãos do Poder Judiciário	119
4.3.1 <i>Supremo Tribunal Federal</i>	120
4.3.2 <i>Superior Tribunal de Justiça</i>	121
4.3.3 <i>Organização das justiças especiais: Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho</i>	124
4.3.3.1 <i>Organização da Justiça do Trabalho</i>	125
4.3.3.2 <i>Organização da Justiça Eleitoral</i>	127
4.3.3.3 <i>Organização da Justiça Militar</i>	128
4.3.4 <i>Organização da justiça comum estadual</i>	130
4.3.5 <i>Organização da justiça comum federal</i>	132
4.3.6 <i>Juizados Especiais</i>	135
4.4 Organização judiciária	136
4.5 Divisão judiciária	138
4.6 Épocas para o trabalho forense	139
4.7 Órgãos não jurisdicionais: Conselho Nacional de Justiça, corregedorias e ouvidorias de justiça e escolas da magistratura	141

Capítulo 5 – Processo

5.1 Introdução e referência histórica	147
5.2 Conceito atual e classificações	148
5.3 Divisões	149
5.4 Processo e procedimento	150

Capítulo 6 – Sujeitos Essenciais à Distribuição da Justiça, seus Direitos e suas Garantias

6.1 Introdução	152
6.2 Personalidade e capacidade	
6.2.1 <i>Personalidade e capacidade no direito material</i>	153
6.2.2 <i>Capacidade no direito processual</i>	154
6.2.3 <i>Personalidade no direito processual (personalidade “judiciária”)</i>	157
6.3 Advogado	159
6.4 Ministério Público	162
6.5 Defensoria Pública	169
6.6 Advocacia-Geral da União e procuradorias	170
6.7 Magistratura	172
6.8 Auxiliares permanentes e eventuais da justiça	176

Capítulo 7 – Princípios do Direito Processual

7.1 Considerações iniciais e classificação	180
---	-----

7.2	<i>Princípios, garantias e regras</i>	183
7.3	<i>Princípios e garantias constitucionais</i>	185
7.3.1	<i>Eficácia imediata das garantias constitucionais</i>	186
7.3.2	<i>Devido processo legal</i>	186
7.3.3	<i>Contraditório e ampla defesa</i>	192
7.3.4	<i>Inafastabilidade da tutela jurisdicional</i>	197
7.3.5	<i>Igualdade ou isonomia processual</i>	200
7.3.6	<i>Imparcialidade e independência do julgador, juiz natural e vedação aos tribunais de exceção</i>	203
7.3.7	<i>Publicidade dos atos processuais</i>	206
7.3.8	<i>Motivação das decisões</i>	211
7.3.9	<i>Prova lícita</i>	214
7.3.10	<i>Razoável duração do processo e celeridade</i>	216
7.4	<i>Princípios, garantias constitucionais e o conceito de processo justo</i>	218
7.5	<i>Garantias aplicáveis exclusivamente ao processo penal</i>	220
7.6	<i>Falsos princípios – Regras processuais</i>	221
7.6.1	<i>Iniciativa judicial na investigação das provas e princípio da verdade real</i>	222
7.6.2	<i>Persuasão racional (livre convencimento motivado)</i>	224
7.6.3	<i>Dispositivo</i>	226
7.6.4	<i>Oralidade</i>	234
7.6.5	<i>Proibição processual</i>	237
7.6.6	<i>Economia processual e instrumentalidade das formas</i>	239
7.6.7	<i>Duplo grau de jurisdição</i>	240

Capítulo 8 – Direito Processual Constitucional

8.1	<i>Constituição e processo civil</i>	243
8.2	<i>Direito processual constitucional</i>	245
8.3	<i>Convenções internacionais e seu valor no sistema jurídico brasileiro</i>	249
8.4	<i>Tutela constitucional do processo e liberdades públicas</i>	252

Capítulo 9 – Crises Jurídicas e as Espécies de Tutela Jurisdicionais

9.1	<i>Espécies de crise e tutela</i>	254
9.1.1	<i>Tutela meramente declaratória</i>	257
9.1.2	<i>Tutela constitutiva</i>	259
9.1.3	<i>Tutela condenatória</i>	260
9.1.4	<i>Tutela mandamental</i>	261
9.1.5	<i>Tutela executiva “lato sensu”</i>	262
9.1.6	<i>Tutela diferenciada</i>	263

9.1.7	<i>Tutela antecipada e tutela cautelar</i>	265
9.1.8	<i>Tutela da evidência</i>	270
9.1.9	<i>Tutela preventiva, inibitória e sancionatória</i>	272

Capítulo 10 – Normas de Direito Processual

10.1	<i>Introdução</i>	274
10.2	<i>Interpretação da lei processual</i>	277
10.3	<i>Eficácia da lei processual no tempo</i>	279
10.4	<i>Eficácia da lei processual no tempo e os direitos processuais adquiridos</i>	282
10.5	<i>Eficácia da lei processual no espaço</i>	286

Capítulo 11 – Elementos Identificadores da Demanda

11.1	<i>Introdução</i>	288
11.2	<i>Partes</i>	290
11.2.1	<i>Pluralidade de partes: litisconsórcio</i>	292
11.2.2	<i>Intervenção de terceiros</i>	294
11.2.2.1	<i>Assistência</i>	295
11.2.2.2	<i>Denúnciação da lide</i>	297
11.2.2.3	<i>Chamamento ao processo</i>	298
11.2.2.4	<i>Incidente de descon sideração da personalidade jurídica</i>	299
11.2.2.5	<i>“Amicus curiae”</i>	300
11.3	<i>Causa de pedir</i>	301
11.4	<i>Pedido</i>	303

Capítulo 12 – Direito de Ação e Direito de Defesa

12.1	<i>Introdução</i>	308
12.2	<i>Conceito</i>	309
12.3	<i>Teorias da ação (civilista, concretista, abstrativista, eclética)</i>	312
12.4	<i>Ações individuais e ações coletivas</i>	316
12.5	<i>Condições da ação</i>	320
12.5.1	<i>Legitimidade</i>	323
12.5.2	<i>Interesse processual ou interesse de agir</i>	323
12.5.3	<i>Possibilidade jurídica do pedido</i>	324
12.5.4	<i>Análise das condições da ação</i>	327
12.6	<i>Ação e defesa</i>	329
12.7	<i>Revelia e seus efeitos</i>	330
12.8	<i>Contraditório diferido ou postecipado (e sua excepcionalidade no sistema)</i>	335
12.9	<i>Classificação das defesas</i>	336

Capítulo 13 – Atos Processuais e Teoria Geral dos Recursos

13.1	Introdução	340
13.2	Atos do juiz	341
13.2.1	<i>Sentença</i>	342
13.2.2	<i>Decisão interlocutória</i>	344
13.2.3	<i>Despacho</i>	345
13.2.4	<i>Acórdão</i>	346
13.2.5	<i>Decisão monocrática no tribunal</i>	346
13.3	Atos das partes no processo	347
13.3.1	<i>Ônus processuais</i>	350
13.3.2	<i>Preclusão</i>	352
13.4	Noções gerais sobre os meios de impugnação das decisões judiciais	353
	Bibliografia	361